

ÍNDICE ANALÍTICO

DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA

CAPÍTULO LXXIX

SENTENÇA

709. Atos do juiz	25
710. Classificação das decisões	27
711. Conceito de sentença definitiva	31
712. Formação da sentença	31
713. Natureza jurídica da sentença	32
714. Função da sentença	33

CAPÍTULO LXXX

REQUISITOS DA SENTENÇA

715. Requisitos da sentença	37
716. Requisitos quanto à estrutura	39
717. Relatório	39
718. Motivação	40
719. Dispositivo da sentença	41
720. Requisitos das sentenças terminativas, quanto à estrutura	42
721. Requisitos quanto à inteligência do ato	43
722. Clareza	43
723. Sentença precisa	44
724. Fatos supervenientes à propositura da ação	46
725. Publicação e intimação da sentença	47
726. Efeito da publicação	48
727. Correção e integração da sentença	48

CAPÍTULO LXXXI
EFEITOS DA SENTENÇA

728. Efeitos da sentença de mérito	51
729. Sentenças meramente declaratórias	52
730. Sentenças condenatórias	54
731. Sentenças constitutivas	55
732. Efeitos secundários da sentença	56
733. Hipoteca judiciária	57

CAPÍTULO LXXXII
TUTELA ESPECÍFICA

734. Noções introdutórias	59
735. Objeto	60
736. Instrumentos	60
737. Requisitos	61

CAPÍTULO LXXXIII
COISA JULGADA

I

738. Recorribilidade da sentença	63
739. Natureza jurídica da sentença sujeita a recurso	66
740. Coisa julgada	66
741. Coisa julgada formal	67
742. Coisa julgada material	68

II

743. Justificação da autoridade da coisa julgada	69
744. Fundamento de ordem política	69
745. Fundamento de natureza jurídica	69
746. Teoria da presunção da verdade	70
747. Teoria da ficção da verdade	70
748. Teoria da força legal, substancial, da sentença	71
749. Teoria da eficácia da declaração	71

750. Teoria da extinção da obrigação jurisdicional	72
751. Teoria da vontade do Estado	73
752. Teoria de CARNELUTTI	73
753. Teoria de LIEBMAN	74
754. A coisa julgada no direito brasileiro	76

III

755. Sentenças que produzem coisa julgada	77
756. Decisões que não produzem coisa julgada	77
757. Sentenças referentes a relações jurídicas continuativas	79
758. Preclusão e coisa julgada	80

CAPÍTULO LXXXIV

LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA

759. O problema	83
760. O art. 468 do Código de Processo Civil	84
761. Pedido, sentença e coisa julgada	86
762. Partes da sentença que não fazem coisa julgada	86
763. Motivação da sentença e coisa julgada	87
764. A verdade dos fatos e a coisa julgada	88
765. Decisões de questões prejudiciais	89

CAPÍTULO LXXXV

LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA

766. O problema	91
767. Doutrina romana	93
768. Princípio fundamental	93
769. Extensão subjetiva dos efeitos da sentença	93
770. Teoria dos efeitos reflexos da coisa julgada	94
771. Teoria de LIEBMAN	96
772. Limites subjetivos da coisa julgada conforme o Código	98
773. A coisa julgada nas ações de estado	98

DOS RECURSOS

CAPÍTULO LXXXVI

RECURSOS

I

774. Impugnação das decisões	103
775. Conceito de recurso	103
776. Breve histórico dos recursos	104
777. Princípio do duplo grau de jurisdição	105
778. Da legitimação e do interesse	106

II

779. Pressupostos do recurso	107
780. Recorribilidade do ato decisório	107
781. Tempestividade do recurso	108
782. Singularidade do recurso	109
783. Adequação do recurso	110
784. Preparo do recurso	111
785. Pressuposto subjetivo dos recursos	112
786. Recurso de terceiro prejudicado	115

III

787. Recurso em caso de litisconsórcio	116
788. Desistência de recurso	119
789. Efeitos dos recursos	120
790. Caráter do julgamento do recurso	121

IV

791. Recursos no processo civil	122
792. Do chamado “recurso de ofício”	123
793. Recurso adesivo	124
794. Classificação dos recursos	125

CAPÍTULO LXXXVII

APELAÇÃO

I

795. Conceito de apelação	129
796. Breve histórico da apelação	130
797. Sentenças apeláveis	130
798. Efeitos da apelação	131
799. Espécies de apelação	134
800. Apelação plena	134
801. Apelação parcial	135
802. <i>Reformatio in peius</i>	135
803. Fatos novos na apelação	137
804. Apelação contra sentença terminativa.....	138
805. Consequências dos efeitos da apelação	139

II

806. Interposição da apelação	140
807. Prazo	141
808. Despacho de recebimento	142
809. Prazo para resposta do apelado	142
810. Despesas de preparo	143
811. Deserção da apelação e sua relevação	143
812. Despacho de remessa	143

III

813. Procedimento no juízo de segundo grau	144
814. Julgamento da apelação	145
815. Apelação na Lei de Execução Fiscal (Lei nº 6.830, de 22-9-1980)	147

CAPÍTULO LXXXVIII

AGRAVO

I

816. Breve histórico	150
----------------------------	-----

817. Conceito de agravo	153
818. Modalidades de agravo	154

II

819. Do agravo retido	155
820. Juízo de retratação no agravo retido	156

III

821. Do agravo de instrumento	156
822. Do procedimento do agravo de instrumento	157
823. Dos efeitos do agravo de instrumento	161
824. Juízo de retratação no agravo de instrumento	161

IV

825. Do agravo	162
----------------------	-----

CAPÍTULO LXXXIX

EMBARGOS

I

826. Noções introdutórias	166
827. Breve histórico	167
828. Espécies de embargos	168

II

829. Embargos infringentes	168
830. Pressupostos dos embargos infringentes	169
831. A retratação e o juízo competente nos embargos infringentes	170
832. Efeitos dos embargos infringentes	171
833. Procedimento dos embargos infringentes	172

III

834. Embargos de declaração	174
835. Procedimento dos embargos de declaração	176

CAPÍTULO XC
RECURSO EXTRAORDINÁRIO

I

836. Autoridade e unidade do direito nacional	181
836-A. Súmula vinculante	181
837. Evolução do recurso extraordinário	184
838. A denominação do recurso	190
839. Pressupostos constitucionais do recurso extraordinário	190
840. Cabimento do recurso extraordinário	192
841. Pressupostos jurisprudenciais do recurso extraordinário	194
842. Função do recurso extraordinário	197
843. Natureza jurídica do recurso extraordinário	198

II

844. Do procedimento do recurso extraordinário no juízo <i>a quo</i>	198
845. Efeito do recurso extraordinário	202
846. Do procedimento do recurso extraordinário no juízo <i>ad quem</i>	202

CAPÍTULO XCI
RECURSO ESPECIAL

I

847. Noções introdutórias	207
848. Pressupostos constitucionais e jurisprudenciais do recurso especial	209
849. Cabimento do recurso especial	213
850. Função, natureza jurídica e procedimento do recurso especial	216

II

851. Do procedimento do recurso especial no juízo <i>a quo</i>	217
852. Do procedimento do recurso especial no juízo <i>ad quem</i>	220
852-A. Procedimento e julgamento do recurso especial	220
852-B. Procedimento e julgamento do recurso especial repetitivo	222

853. Efeito do recurso especial	223
---------------------------------------	-----

CAPÍTULO XCII

RECURSOS PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, RECURSO ORDINÁRIO E RECURSOS REGIMENTAIS

I

854. Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça	225
855. Recurso ordinário	226
856. Recurso ordinário em mandado de segurança	227
857. Recurso ordinário em mandado de injunção	228
858. Recurso ordinário em <i>habeas data</i>	229
859. Recurso ordinário em causas internacionais	229

II

860. Do agravo	230
----------------------	-----

III

861. Recursos regimentais	231
862. Dos embargos: de divergência e infringentes	232
863. Embargos de declaração	235
864. Do agravo regimental	236

CAPÍTULO XCIII

DO RECURSO ADESIVO

865. Noção de recurso adesivo	239
866. Cabimento do recurso adesivo	240
867. Pressupostos de admissibilidade	241
868. Procedimento do recurso adesivo	242
869. Do julgamento do recurso adesivo	243

CAPÍTULO XCIV

LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA

870. Conceito de liquidação	245
871. Natureza e finalidade da liquidação.....	247
872. Espécies de liquidação	248

CAPÍTULO XCV

DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

873. Noção do cumprimento da sentença.....	253
874. Do cumprimento da sentença de obrigação não pecuniária.....	256
875. Do cumprimento da sentença de obrigação pecuniária.....	257

DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

CAPÍTULO XCVI

DA EXECUÇÃO

I

876. Noção de execução	265
877. Evolução histórica da execução	268

II

878. Ação de execução	272
879. Do interesse de agir na execução	273
880. Processo de execução	275
881. Autonomia do processo de execução	276

III

882. Pressuposto específico da execução	276
883. Título executivo	276
884. Títulos executivos judiciais	277
885. Títulos executivos extrajudiciais	277
886. Título líquido, certo e exigível	278
887. Objeto da execução	279
888. Espécies de execução	280
889. Processo de execução e tipos de procedimento	281

CAPÍTULO XCVII
JUÍZO E PARTES NA EXECUÇÃO

I

890. Pressuposto da competência do juiz	286
891. Juízo competente nas execuções fundadas em título judicial	286
892. Juízo competente para execução fundada em sentença penal condenatória	288
893. Juízo competente na execução fundada em título extrajudicial	288
894. Juízo competente nas execuções fiscais	289
895. Determinação e cumprimento dos atos executivos	290

II

896. Das condições da ação de execução	290
897. Legitimação ativa	291
898. Legitimação ativa superveniente	292
899. Ainda sobre legitimação ativa	293
900. Legitimação passiva	294

CAPÍTULO XCVIII
RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL

I

901. Responsabilidade patrimonial	299
902. Responsabilidade executória secundária	301
903. Responsabilidade executória do exequente	304

II

904. Fraude de execução	304
905. Casos de fraude de execução	306

CAPÍTULO XCIX
NORMAS COMUNS ÀS DIVERSAS ESPÉCIES DE
EXECUÇÃO

906. Das diversas espécies de execução	309
907. A execução como instrumento do interesse do credor	310

908. Poderes e deveres do juiz no processo de execução	311
909. Ordem a seguir no estudo das várias espécies de execução	315

CAPÍTULO C

EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE

I

910. Noções gerais	317
911. Do procedimento da execução por quantia certa contra devedor solvente e suas fases	319
912. Petição inicial	320
913. Mandado executivo	320
914. Citação do devedor	322

II

915. Execução contra a Fazenda Pública	323
--	-----

III

916. Observações sobre a execução de prestação alimentícia	327
917. Prestação alimentícia incluída como indenização por ato ilícito	328
918. Procedimento da execução de prestação alimentícia	329
919. Procedimento da execução de alimentos provisionais	330
920. Da medida coativa da prisão do devedor	331

CAPÍTULO CI

DA PENHORA

I

921. Noções introdutórias	333
922. Natureza jurídica da penhora	335
923. Objeto da penhora	336
924. Efeitos da penhora	337
925. Bens impenhoráveis	338

II

926. Indicação de bens à penhora	342
927. Indicação de bens pelo credor	345

928. Penhora pelo oficial de justiça	345
929. Penhora eletrônica	347
930. Do auto de penhora e do depósito	349
931. Da penhora de créditos e de outros direitos patrimoniais	349
932. Penhora de empresas e outros estabelecimentos	353
933. Modificações da penhora	354
934. Renovação de penhora	355
935. Direito de preferência e intercorrência de penhoras	356

III

936. Depósito dos bens	358
937. Do depositário	359
938. Do depositário e administrador de empresas e outros estabelecimentos	361

CAPÍTULO CII

DA AVALIAÇÃO

939. Noções introdutórias	363
940. Procedimento	364

CAPÍTULO CIII

DA EXPROPRIAÇÃO

I

941. Noções introdutórias	367
---------------------------------	-----

II

942. Da adjudicação	370
943. Pressupostos da adjudicação	371
944. Unidade ou pluralidade de pretendentes à adjudicação	371
945. Carta de adjudicação	372

III

946. Da alienação por iniciativa particular	373
---	-----

IV

947. Da arrematação — natureza jurídica	374
---	-----

948.	Conceito de arrematação.....	376
949.	Procedimento da arrematação.....	376
950.	Edital de hasta pública.....	377
951.	Outros atos preparatórios da arrematação.....	379
952.	Modalidades de arrematação.....	381
953.	Formalidades da arrematação.....	383
954.	Algumas normas especiais concernentes à arrematação de imóvel.....	386
955.	Desfazimento da arrematação.....	388
956.	Carta de arrematação.....	390
957.	Efeitos da arrematação.....	390
958.	Da evicção da coisa arrematada.....	391

CAPÍTULO CIV

DO PAGAMENTO DO CREDOR

I

959.	Do pagamento ao credor.....	393
------	-----------------------------	-----

II

960.	Da entrega do dinheiro.....	395
------	-----------------------------	-----

III

961.	Usufruto judicial de móvel ou imóvel.....	397
962.	Da sentença constitutiva do usufruto.....	399
963.	Do usufruto judicial de imóvel.....	400
964.	Do “usufruto judicial de empresa”.....	401

CAPÍTULO CV

DA EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA

I

965.	Noções introdutórias.....	403
------	---------------------------	-----

II

966.	Execução para entrega de coisa certa.....	405
967.	Procedimento da execução para a entrega de coisa certa.....	406

968. Alienação da coisa em fraude de execução	409
969. Execução pela obrigação subsidiária	410
970. Retenção por benfeitorias	411

III

971. Da execução para entrega de coisa incerta	411
972. Procedimento da execução para entrega de coisa incerta	412

CAPÍTULO CVI

EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER

I

973. Noções introdutórias	415
---------------------------------	-----

II

974. Prestações positivas	419
975. Execução de prestação positiva	419
976. Execução de prestação positiva fungível	421
977. Execução específica de prestação positiva fungível	422
978. Execução de prestações positivas infungíveis	424

III

979. Da “execução” de prestar declaração de vontade. Generalidades	425
980. Dos efeitos e da natureza da sentença que emite declaração de vontade	427
981. Problemas referentes à declaração de vontade por sentença	429

IV

982. Execução das obrigações de não fazer	430
983. Procedimento da execução das obrigações de não fazer	431

V

984. Medidas coercitivas	433
985. Do procedimento na aplicação da medida coercitiva	434

CAPÍTULO CVII
DOS EMBARGOS DO DEVEDOR

986. Dos embargos do devedor	437
987. Da natureza jurídica dos embargos do devedor	440
988. Da legitimação para embargar	441
989. Da competência nos embargos do devedor	442
990. Classificação dos embargos do devedor	444
991. A suspensividade dos embargos	444
992. Matéria dos embargos	445
993. Embargos parciais ou integrais	447
994. Estrutura do processo dos embargos do devedor	448
995. Procedimento dos embargos do devedor	449

CAPÍTULO CVIII
DA EXECUÇÃO CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE

I

996. Da execução contra devedor insolvente	455
997. Insolvência	456
998. Das condições da ação de execução contra devedor insolvente	457

II

999. Declaração de insolvência	459
1.000. Procedimento da declaração de insolvência requerida pelo credor..	463
1.001. Procedimento da declaração requerida pelo devedor ou seu espólio	467
1.002. Da sentença	469
1.003. Efeitos da sentença	470

III

1.004. Princípio que informa a execução concursal	472
---	-----

IV

1.005. Instauração do concurso universal	475
1.006. Do administrador, atribuições, deveres e direitos	475
1.007. Da arrecadação dos bens do devedor	477
1.008. Convocação e habilitação dos credores	478
1.009. Litisconsórcio concursal	479

1.010.Relação processual no concurso universal	481
--	-----

V

1.011.Da verificação e classificação dos créditos	481
1.012.Do procedimento quando não haja impugnação	481
1.013.Do procedimento quando haja impugnação	483
1.014.Concordata civil	485
1.015.Pensão ao devedor	486

VI

1.016.Alienação dos bens da massa	486
1.017.Do pagamento dos credores	487
1.018.Credores retardatários	487
1.019.Do saldo devedor	489

VII

1.020.Prescrição das obrigações do devedor insolvente	490
1.021.Extinção das obrigações	491
1.022.Da ação de extinção das obrigações e seu respectivo procedi- mento	492
1.023.Efeitos da sentença da ação de extinção de obrigações	493

CAPÍTULO CIX

DA REMIÇÃO

1.024.Conceito de remição	495
1.025.Remição da execução	497

CAPÍTULO CX

DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

I

1.026. Suspensão da execução	499
1.027. Suspensão obrigatória do processo de execução	500
1.028. Suspensão da execução provisória	502
1.029. Efeitos da suspensão do processo de execução	503

II

1.030. Da extinção do processo de execução	503
1.031. Extinção da execução por satisfação do direito do credor	504
1.032. Sentença declaratória da extinção da lide	505
1.033. Outros atos extintivos do processo de execução	505